

Parecer do Dirigente de Controle Interno

Presidência da República – Secretaria de Governo – Secretaria de Controle Interno

Parecer nº: 7/2016
Relatório nº: 201601873
Unidade Auditada: **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão – Sebrae/MA**
Ministério Supervisor: Secretaria de Governo da Presidência da República - Segov/PR
Município: São Luís – MA
Exercício: 2015
Autoridade Supervisora: Geddel Vieira Lima

Tendo em vista os aspectos observados no processo de prestação de contas anual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão - Sebrae/MA, relativo ao exercício de 2015, expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. Inicialmente, é necessário destacar que o escopo dos exames restringiu-se ao que foi definido conjuntamente entre a Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo do Tribunal de Contas da União, a Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Governo da Presidência da República – Ciset/Segov-PR e a então Controladoria-Geral da União – CGU.
3. No que diz respeito à gestão da Unidade, ressaltou-se no Relatório de Auditoria Anual de Contas que (1) as metas físicas e financeiras demonstram, de modo geral, uma execução satisfatória para o exercício de 2015; (2) há compatibilidade entre a tabela salarial e a remuneração dos funcionários; e (3) ocorreram impropriedades nos processos de contratação, a exemplo de: ausência de ampla pesquisa de preços, ausência de cláusulas que estabeleçam nas obrigações do contratado a manutenção das mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, ausência de cláusula de garantia no instrumento contratual, vedação de participação de consórcios sem a devida motivação na licitação, ausência de declaração de capacidade técnica da empresa contratada e ausência de consultas para verificação da idoneidade das empresas contratadas por meio de dispensa e inexigibilidade.
4. Quanto aos controles internos administrativos das áreas de Gestão de Compras e Contratações e Pessoal, evidenciou-se que os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atividades são válidos, porém com oportunidades de melhorias, tais como:

- (i) utilização de editais padrões em licitações e publicação de todos os documentos que integram o processo de aquisição;
- (ii) estabelecimento, nos normativos internos, de procedimentos para elaboração de cotações de preço nas contratações diretas e nos processos licitatórios;
- (iii) definição de indicador do tempo médio gasto em cada etapa do processo licitatório;
- (iv) aprimoramento das rotinas para verificação da idoneidade das empresas contratadas e das consultas para verificação da respectiva regularidade fiscal antes de cada pagamento;
- (v) realização de auditorias sistemáticas para verificação da conformidade dos direitos na área de pessoal; e
- (vi) realização de pesquisas periódicas com o objetivo de verificar a opinião dos colaboradores em relação ao ambiente de trabalho.

5. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN TCU n.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da Ciset/Segov-PR estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do mesmo sistema.

Brasília, 28 de setembro de 2016.

EDSON LEONARDO DALESCIO SÁ TELES
Secretário de Controle Interno